

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

Notas Explicativas às Demonstrações
Financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (“Companhia”) tem como principal atividade a fabricação de bens de capital sob encomenda, atuando em todas as fases de produção, desde a elaboração de projetos até a entrega em operação ao cliente. Além disso, executa reformas, melhorias e serviços de industrialização e reparos. Dedica-se também à fabricação e comercialização de perfis laminados e trefilados. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa sob o código BDLL4. A Companhia possui duas plantas industriais no estado de São Paulo, nos municípios de Guarulhos e Sorocaba. A sede social da Companhia está localizada em Guarulhos - SP.

As Informações financeiras, individuais e consolidadas abrangem a Companhia e as seguintes controladas:

Barefame Instalações Industriais Ltda., controlada, atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, além de montagem e manutenção de dutos enterrados.

Duraferro Indústria e Comércio Ltda., controlada, atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A sede social da empresa está localizada em Araras - SP.

Energro Agro Industrial Ltda., controlada, tem por objeto a exploração de toras e quaisquer atividades agrícolas e pastoris, inclusive a administração de projetos de florestamento e reflorestamento, além de importação e exportação. A empresa atualmente não tem atividades operacionais e não há também planejamento para descontinuí-la. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., controlada, atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

Controlada em conjunto não Consolidada:

IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., controlada em conjunto com a GE Energias Renováveis Ltda., tem como objetivo a fabricação de equipamentos hidromecânicos e de levantamento. A sede social está localizada em Porto Velho - RO.

A Companhia e suas controladas têm seus principais clientes nas áreas de Energia, Metalurgia, Mineração, Portos, Óleo e Gás.

Continuidade operacional

A Companhia continua com suas atividades operacionais em suas diversas unidades.

A redução do número de colaboradores visa adequar os custos e demais despesas operacionais de cada unidade.

O mercado de bens de capital, lentamente inicia sua recuperação, com serviços de reformas de equipamentos já instalados, principalmente em usinas hidrelétricas. Além disso, temos cotações

de equipamentos novos para as outras áreas de atuação da Companhia (Mineração, indústrias em geral, etc.), e a retomada e renegociação para retomar os contratos anteriormente paralisados..

A área de energia eólica continua com demanda constante para serviços de usinagem e fabricação de peças para aerogeradores.

A administração mantém-se focada na redução de custos e despesas operacionais, alongamento das dívidas bancárias e com fornecedores, além da realização de valores a receber de clientes.

Entre diversas ações que a Companhia está efetuado, se destaca:

- A Companhia obteve alongamento do empréstimo junto ao Banco do Brasil conforme fato relevante publicado em 19 de dezembro de 2017.
- Para os demais bancos a Companhia está renegociando, buscando o alinhamento entre bancos.
- A Companhia está retomando os contratos da área portuária.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 28 de março de 2018.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciados, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Real, sendo o Real a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 4 - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício subsequente estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa;

Nota explicativa nº 7 - reconhecimento e mensuração do custo orçado de contratos de serviços e construção;

Nota explicativa nº 9 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Nota explicativa nº 14 - mensuração da vida útil dos ativos;

Notas explicativas nº 21 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos.

A avaliação é revisada regularmente considerando os dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 10 – Títulos e valores mobiliários

Nota explicativa nº 13 – Propriedade para investimentos

Nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, os quais são mensurados pelo valor justo, das propriedades para investimentos e títulos e valores mobiliários.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Base de Consolidação Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também

são contabilizados com o uso desse método.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-companhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-companhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.3 Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

Prestação de serviços

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

Contratos de construção

A receita de contratos de construção resulta do desenvolvimento de equipamentos para alguns dos clientes da Companhia e de suas Controladas em diversos seguimentos, tais como mineração, siderurgia, óleo e gás, metalurgia, energia, entre outros. Tais equipamentos são construídos com base em contratos especificamente negociados com os clientes.

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais do cliente, pleitos e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de trabalhos realizados e/ou percentagem completada (POC).

Quando o resultado não pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos incorridos que são prováveis de serem recuperados.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

Aluguel de propriedades para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como “outras receitas”.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: outros passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Capital Social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.5 Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda calculados por meio da apuração proporcional da receita bruta de vendas e estão desmonstrado líquido do seu recebimento.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante, considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

3.6 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas, controlada em conjunto e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados como equivalência patrimonial.

3.8 Propriedades para investimento

A propriedade para investimento inclusive instalações industriais e edificações, quando aplicável, são inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações posteriores no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

3.9 Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia e suas controladas para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. A diferença resultante entre o valor residual do ativo e valor justo é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido no momento da sua transferência e mensuração posterior do valor justo é reconhecido no resultado..

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.10 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

3.11 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, tais ativos não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente

Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares e são amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. A amortização inicia-se com a entrada do software em operação.

3.12 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida para o resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o

custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidade Geradora de Caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.13 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

3.14 Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o prejuízo ou lucro tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.16 Prejuízo por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o resultado por ação básico e diluído são iguais.

3.17 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras incluem dois segmentos, sendo mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda e aços e serviços representado pela laminação de metais e serviços diversos.

3.18 Novas normas e Interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

Pronunciamento/Descrição/Vigência

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – CPC 48 Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - Receitas com Clientes – CPC 47 Refere-se à convergência do IASB (“International Accounting Standards Board”), sobre o reconhecimento de receita. Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 16 - Arrendamentos Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas as informações da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas e suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	31/12/2017	31/12/2016
Barefame Instalações Industriais Ltda.	100,00%	100,00%
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	100,00%	100,00%
Energo Agro Industrial Ltda.	100,00%	100,00%
Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.	100,00%	100,00%

Os percentuais de participação referem-se ao controle direto e indireto.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. A data base das informações Contábeis das controladas incluídas na consolidação é coincidente com a da controladora.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	183	3.993	4.641	4.026
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	44	67	122	244
	227	4.060	4.763	4.270

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco remoto de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificados de depósito bancário foram remuneradas por taxas que variavam de 80% a 100% do certificado de depósito interbancário.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante:				
Clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	48.841	116.146	43.135	118.480
Produtos seriados	5.148	9.418	10.531	14.746
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	33.804	30.979	43.686	37.990
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.796)	(3.224)	(4.940)	(3.381)
	82.997	153.319	92.412	167.835
Partes relacionadas - contratos de serviços e construção (notas explicativas 7 e 12)	3.751	9.679	2.746	-
	86.748	162.998	95.158	167.835
Não circulante:				
Clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	37.398	-	-	-
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	13.858	13.858	13.858	13.858
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(13.858)	(13.858)	(13.858)	(13.858)
	37.398	-	-	-
	124.146	162.998	95.158	167.835

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
Circulante		
Saldo inicial 31/12/2016	(3.224)	(3.381)
Adição	(1.572)	(1.572)
Reversão	-	13
Saldo final 31/12/2017	(4.796)	(4.940)
Não Circulante		
Saldo inicial 31/12/2016	(13.858)	(13.858)
Saldo final 31/12/2017	(13.858)	(13.858)
Saldo final total	(18.654)	(18.798)

A composição dos valores em contas a receber referentes aos produtos seriados e serviços, por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	352	3.715	5.248	8.817
Vencidos 1 a 30 dias	138	375	231	499
Vencidos 31 a 60 dias	194	397	216	459
Vencidos 61 a 90 dias	205	110	212	110
Vencidos 91 a 120 dias	34	164	37	164
Vencidos acima de 121 dias	4.225	4.657	4.587	4.820
	5.148	9.418	10.531	14.869

Os prazos ajustados para a conclusão dos projetos de fornecimento de bens de capital e equipamentos de infraestrutura são substancialmente longos e consequentemente propiciam oscilações durante a execução dos projetos, o que obriga a Companhia e suas controladas a cobrar, junto a determinados clientes, o ressarcimento de gastos para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

A conta “Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção” (nota explicativa 7) refere-se ao saldo a receber de contratos de serviços e construção em execução e ainda não faturados e equivale ao excedente da receita reconhecida pelo método da percentagem completada e o respectivo valor recebido.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é constituída com base no histórico de perdas, em análise da situação financeira de cada cliente e, em casos de processos judiciais de cobrança, com base em pareceres da respectiva assessoria jurídica.

Em 2017 foi retomado e iniciado a negociação de retomada de contratos construção e montagem que estavam para paralisados e iniciado a negociação para a retomada de outros contratos.

A Companhia e suas controladas não possuem seguros de créditos para seus recebíveis.

7 Contratos de serviços e construção

Os contratos de construção correspondem a produtos sob encomenda. O reconhecimento da receita bruta destes contratos no resultado é feito com base na proporção do trabalho executado até a data do balanço, apurado por meio da proporção dos custos incorridos, em contraposição aos custos estimados totais do contrato (método da percentagem completada), conforme previsto no CPC 17 (R1) - Contratos de Construção.

A conta “Adiantamento de clientes” está composta de valores decorrentes de recebimentos de contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida por meio do método da percentagem completada.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo a receber de contratos faturados em execução ou executados (nota explicativa 6)	86.239	130.004	56.993	132.338
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 6)	33.804	30.979	43.686	37.990
Sub total	120.043	160.983	100.679	170.328
Partes relacionadas	3.751	9.679	2.746	-
Total	123.794	170.662	103.425	170.328
Adiantamentos recebidos por conta de contratos de serviços e construção em execução (nota explicativa 20)	(50.996)	(82.318)	(59.633)	(90.175)
Provisão p/ devedores duvidosos	(13.858)	(13.858)	(13.858)	(13.858)
Contratos de serviços e construção líquido a receber	58.940	74.486	29.934	66.295

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	2.610	7.887	2.713	7.995
Produtos em elaboração	7.096	12.506	33.133	31.006
Matérias primas	61.890	58.700	67.499	64.155
Material de consumo	1.194	1.296	3.554	3.563
	72.790	80.389	106.899	106.719

As matérias primas em estoque são destinadas à produção e devido às suas características, não foram consideradas expectativas de perdas por deterioração ou obsolescência.

9 Tributos a recuperar e diferidos

a. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante:				
Imposto de renda e contribuição social	733	210	4.276	1.801
ICMS	1.889	3.834	2.448	5.098
IPI	2.872	1.899	2.939	1.965
COFINS	4.017	2.147	4.195	2.457
PIS	922	726	944	776
Outros	121	286	937	896
	9.821	8.892	11.463	11.192
	10.554	9.102	15.739	12.993
Não Circulante:				
ICMS s/aquisição imobilizado	120	154	120	154
IPI	824	798	824	798
PIS	3.084	3.011	3.095	3.022
Crédito fiscal diferido Coligada	2.574	-	5.106	-
	6.602	3.963	9.145	3.974
	17.156	13.065	24.884	16.967

b. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico (data base 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016) aprovado pelos órgãos da Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja

compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Créditos de prejuízos fiscais	14.857	35.364	21.133	50.958
Créditos de base negativa Csll	5.320	5.321	7.608	7.999
Diferenças temporárias	768	811	942	1.154
Total IR/CSLL diferido ativo	20.945	41.496	29.683	60.111
Saldo de IR/CSLL diferido ativo (*)	-	-	-	(9.297)
	20.945	41.496	29.683	50.814
Efeito de IR/CSLL dif. passivo adoção s/ ajuste de avaliação patrimonial	(96.431)	(99.098)	(109.648)	(115.730)
Saldos de IR/CSLL diferidos passivo, sendo assim composto:				
Ajuste em propriedade para investimento	(44.384)	(45.135)	(47.058)	(47.809)
Ajuste depreciação do custo atribuído	(31.102)	(12.467)	(32.907)	(15.184)
Ajuste Ações da VALE S/A.	-	-	-	(1.923)
Saldos de IR/CSLL diferidos líquidos	(75.486)	(57.602)	(79.965)	(64.916)

(*) Refere-se a IR/CSLL diferido líquido das controladas Barefame Instalações Industriais Ltda. e Duraferro Indústria e Comércio Ltda., que foram mantidos no ativo por não serem compensáveis com o imposto diferido passivo.

Movimentação do saldo de tributos diferidos:

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2017
Controladora	(57.602)	8.332	(26.216)	(75.486)
Consolidado	(64.916)	9.294	(24.343)	(79.965)

(*) Em 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT. Ao aderir a esse parcelamento, a Companhia utilizou de parte do prejuízo fiscal para abater a dívida fiscal, conforme regra desse programa.

Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo:

	Controladora	Consolidado
2018	1.907	7.270
2019	3.167	3.807
2020	1.363	2.070
2021	1.642	2.392
2022	1.847	2.628
2023	2.046	2.847
2024	2.218	3.020
2025	2.277	3.088
2026	2.252	2.561
2027	2.226	-
	20.945	29.683

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção dos eventos a elas correspondentes.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e, consequentemente estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

Conciliação de despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social.	(111.635)	(116.908)	(115.251)	(125.642)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	37.956	39.749	39.185	42.718
Diferenças permanentes e temporárias				
Resultado de equivalência patrimonial	11.926	10.354	903	(5.862)
Receita de incentivos fiscais	-	-	-	(1.555)
Despesas indedutíveis	126	395	168	803
Diferenças temporárias não constituídas	5.031	2.386	7.705	3.229
Reversão/ utilização de provisões	(1.202)	-	(3.048)	(2.708)
Reversão dividendos	-	(75)	-	(75)
Outros (ajuste efeitos societários para fins fiscais)	194	4.786	5.884	6.058
	16.075	17.846	11.612	(110)
Efeito das diferenças permanentes pela alíquota nominal de 34%	(5.466)	(6.068)	(3.948)	37
Ajuste para limite de realização	(18.610)	(17.899)	(17.742)	(18.240)
		-		-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:	13.880	15.782	17.496	24.516
.Corrente	-	-	(3.907)	(311)
.Diferido	13.880	15.782	21.403	24.827

(A) Ajuste para limite de realização:

Refer-se a crédito fiscal diferido não constituído. A Companhia e suas controladas não reconheceram créditos fiscais diferidos sobre o montante de prejuízo fiscal acumulado aproximado de R\$ 174.845 na controladora e R\$ 222.589 no consolidado e sobre o montante de base negativa acumulada da CSLL aproximado de R\$ 145.032 na controladora e R\$ 262.508 no consolidado, em razão do limite aprovado pela Administração no estudo técnico já mencionado nesta nota explicativa.

(B) PERT - Programa Especial de Regularização Tributária – Lei 13.496/17

Com a publicação da Lei No. 13.496/17 (Programa Especial de Regularização Tributária), a Companhia e suas Controladas efetuaram a adesão em parcelamentos e novos parcelamentos de tributos federais e previdenciários para quitação de débitos tributários e previdenciários, utilizando-se dos benefícios de redução de encargos legais, bem como do aproveitamento de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL.

Composição da consolidação dos débitos incluídos no PERT - Programa Especial de Regularização Tributária - Lei 13.496/17

Controladora	Débito Consolidado	Redução de encargos	Utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL	Saldo Parcelado
Tributários	14.361	-	10.711	3.650
Previdenciários	37.330	2.529	21.896	12.905
	51.691	2.529	32.607	16.555
Consolidado				
Débitos Tributários	29.978	-	22.749	7.230
Débitos Previdenciários	52.190	2.529	33.895	15.765
	82.168	2.529	56.644	22.995

10 Títulos e valores mobiliários

O detalhamento da quantidade de ações detidas e os valores justos em cada período/exercício está demonstrado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Quantidade de ações PNAN1 – Vale5	-	-	-	426.240
Valor de mercado na data de fechamento	-	-	-	23,50
Custo de aquisição	-	-	-	222
Variação do valor justo	-	-	-	9.795
Saldo contábil (<i>fair value</i>)	-	-	-	10.017
Títulos de remuneração variável	5.026	5.026	5.026	5.026
Ajuste a valor presente	(1.425)	(1.978)	(1.425)	(1.978)
	3.601	3.048	3.601	3.048
	3.601	3.048	3.601	13.065

A conta títulos e valores mobiliários está composta por ações da Vale S.A. e Títulos de Remuneração Variável da Mineração Morro do Ipê S.A.

Ações: O valor de mercado das ações da Vale S/A foi obtido por meio da entidade custodiante e referem-se à cotação dos títulos na Bolsa de Valores de São Paulo, no último dia do período.

Títulos de Remuneração Variável: Refere-se a 5.025.914 títulos de remuneração variável da Mineração Morro do Ipê S.A. com valor unitário de R\$ 1 (valor expresso em real), ajustado a valor presente e correspondem a direitos de receber 3% da receita bruta da Empresa Mineração Morro do Ipê S.A. (royalties), cujo direito se dará a partir de determinados volumes de produção (ver Nota Explicativa 11).

11 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Adiantamentos a fornecedores nacionais	8.631	15.892	10.889	16.546
Partes relacionadas (Nota 12)	58.959	56.377	-	-
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros	7.102	6.827	7.102	6.829
Recuperações judiciais	2.313	2.321	4.046	4.056
Dividendos a receber (Nota 12)	-	1.041	741	447
Outros	1.876	2.014	2.393	3.479
	78.881	84.472	25.171	31.357
Não circulante				
Depósitos judiciais	5.855	5.470	6.768	6.114
Outros	571	538	911	840
	6.426	6.008	7.679	6.954
	85.307	90.480	32.850	38.311

12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos existentes ao final do exercício, assim como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas e controlada em conjunto.

As principais operações realizadas referem-se a:

Contratos de mútuo - Referem-se a empréstimos para capital de giro e são contratados entre 100% e 110% da taxa média diária do CDI, pelo prazo de necessidade das tomadoras;

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor dos juros contidos nos pagamentos e recebimentos decorrentes de contratos de mútuo, estão alocados nas atividades de financiamentos e de investimentos, respectivamente.

Vendas de produtos e serviços - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e, quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais, o que inclui adiantamentos e valores em contas a receber;

Adiantamento a fornecedor e adiantamento a cliente - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e, quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais, o que inclui adiantamentos e valores em contas a receber;

Prestação de serviços administrativos e aluguéis - A prestação de serviços administrativos entre as partes é cobrada mensalmente, de acordo com o rateio de custos efetivos. Os aluguéis de bens móveis e imóveis são cobrados mensalmente respeitando valores específicos acordados entre as partes;

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor das controladas e controlada em conjunto – Não existem avais, fianças e hipotecas concedidas às Controladas, em 31 de dezembro de 2017.

a. Composição dos saldos patrimoniais e transações realizadas entre a Controladora e suas controladas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Consolidado	31/12/2017				31/12/2017	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas e custos
IMMA Ind.Met.Mec.Amazônia Ltda.	1.312	-	2.746	31.083	-	2.734
Outros	-	-	-	9.700	-	747
	1.312	-	2.746	40.783	-	3.481
Controladora						
Barefame Inst.Industriais Ltda.	50.019	30.841	856	-	2.372	307
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	87	-	451	17.807	69	868
Energo Agro Industrial Ltda.	5	-	-	5.752	3	743
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	11.287	-	14.552	-	213	7.800
	61.398	30.841	15.859	23.559	2.657	9.718
Contas a receber (Nota explicativa 6)	3.751	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores (Nota explicativa 11)	58.959	-	-	-	-	-
Fornecedores (Nota explicativa 17)	-	-	18.436	-	-	-
Adiantamento de clientes (Nota explicativa 20)	-	-	169	-	-	-
	62.710	30.841	18.605	64.342		
31/12/2016						
Consolidado	31/12/2016				31/12/2016	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas e custos
IMMA Ind.Met.Mec.Amazônia Ltda.	1.041	-	6.918	22.557	-	3.018
Outros	-	-	-	6.903	-	894
	1.041	-	6.918	29.460	-	3.912
Controladora						
Barefame Instalações Industriais Ltda.	49.774	19.250	728	-	5.208	9.445
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	21	-	135	4.485	61	836
Energo Agro Industrial Ltda.	2	-	-	9.282	4	1.169
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	16.259	-	15.002	-	426	19.721
	66.056	19.250	15.865	13.767	5.699	31.171
Contas a receber (Nota explicativa 6)	9.679	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores (Nota explicativa 11)	56.377	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros a receber	1.041	-	-	-	-	-
Fornecedores (Nota explicativa 17)	-	-	16.547	-	-	-
Adiantamento de clientes (Nota explicativa 20)	-	-	6.236	-	-	-
	67.097	19.250	22.783	43.227		

Os preços e demais condições comerciais praticadas nas transações entre partes relacionadas são acordadas em contratos firmados.

b. Remuneração dos administradores - benefícios de curto prazo (remuneração fixa e variável)

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia era composta por 4 conselheiros de administração e 3 diretores. O conselho fiscal era composto por 5 membros.

No período findo em 31 de dezembro de 2017, os membros do Conselho de Administração foram remunerados pelo montante de R\$ 1.894 (em 31 de dezembro de 2016 foi R\$ 1.894), o Conselho Fiscal pelo montante de R\$ 540 (em 31 de dezembro de 2016 foi R\$ 540) e a Diretoria pelo montante de R\$ 2.773 (em 31 de dezembro de 2016 foi R\$ 2.666), por seus serviços.

A Companhia e suas controladas não patrocinam planos de pensão, benefícios pós-emprego e programas de remuneração baseada em ações.

13 Investimentos

a. Propriedades para investimento

Valor justo das Propriedades para Investimento

A Companhia e suas controladas apresentam suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia e suas controladas contratam avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo.

Receita de aluguel derivada de propriedades para investimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Valor justo das propriedades para investimento	202.199	207.043	219.488	229.932
Receita de aluguel derivada de propriedades para investimento	-	-	730	695
Movimentação:				
Saldo inicial:	207.043	2.439	229.933	15.024
Transferencia do imobilizado	(7.388)	72.011	(7.388)	74.740
Ajuste valor justo no patrimônio líquido		132.751		140.615
Ajuste valor justo no resultado	2.544	(158)	(3.057)	(446)
Saldo final	202.199	207.043	219.488	229.933

A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimentos foram classificadas como Nível 3 com base nos dados utilizados (veja Nota Explicativa nº 2c)

b. Participação em empresas controladas, controlada em conjunto e coligada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participação em empresas controladas, controlada em conjunto e coligada	133.942	139.520	96.828	97.680
Outros Investimentos	4.990	4.990	4.994	4.994
	138.932	144.510	101.822	102.674

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

Outros investimentos compostos substancialmente por participação no capital da empresa Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A. no valor de R\$ 4.849 (ver Nota Explicativa nº 11).

Movimentação dos saldos

	Barefame Inst.Inds. Ltda.	Bardella Adm. Bens e Empr. E Cor. Seguros Ltda.	Energro Agro Industrial Ltda.	Duraferro Ind. e Comércio Ltda.	IMMA - Ind. Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	Planihold S.A.	Sub total	Provisão p/perdas investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(20.059)	25.312	5.363	12.673	89.242	3.617	116.147	20.059	136.206
Resultado de equivalência patrimonial	(11.939)	(670)	344	(3.951)	5.773	89	(10.354)	-	(10.354)
Lucros /dividendos a receber	-	-	-	(963)	(1.041)	-	(2.004)	-	(2.004)
Provisão para perdas investimentos	-	-	-	-	-	-	-	6.749	6.749
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente	5.190	3.733	-	-	-	-	8.923	-	8.923
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(26.808)	28.375	5.707	7.759	93.974	3.706	112.712	26.808	139.520
Resultado de equivalência patrimonial	(12.762)	6.734	242	(5.237)	(970)	67	(11.926)	-	(11.926)
Provisão para perdas investimentos	-	-	-	-	-	-	-	12.762	12.762
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente	-	(6.465)	-	-	51	-	(6.414)	-	(6.414)
Saldo em 30 de setembro de 2017	(39.570)	28.644	5.949	2.522	93.055	3.773	94.372	39.570	133.942

Informações das Investidas

	Barefame Inst. Inds. Ltda.		Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor.Seg Ltda.		Energro Agro Industrial Ltda.	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante	39.630	30.476	3.651	1.094	4.446	130
Ativo não circulante	31.596	42.609	38.026	35.295	5.752	9.282
Passivo circulante	74.284	80.719	5.945	615	448	218
Passivo não circulante	36.512	24.364	7.088	7.399	300	-
Patrimônio líquido	(39.570)	(26.808)	28.644	28.375	9.450	9.065
Receita operacional líquida	4.325	31.543	325	611	-	-
Resultado do exercício	(12.762)	(11.939)	6.734	(670)	385	547

	Barefame Inst. Inds. Ltda.		Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor.Seg Ltda.		Energro Agro Industrial Ltda.	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Capital social	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Quotas	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Patrimônio líquido	(39.570)	(26.808)	28.644	28.375	9.450	9.065
Participação no capital social, no final do exercício	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	62,96%	62,96%
Participação no patrimônio líquido	(39.570)	(26.808)	28.644	28.375	5.950	5.707
Resultado de equivalência patrimonial	(12.762)	(11.939)	6.734	(670)	242	344

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

	IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazonia Ltda.		Duraferro Ind. e Comércio Ltda.		Planihold S/A.	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante	96.264	93.286	27.998	32.390	547	543
Ativo não circulante	102.910	104.607	17.215	17.849	17.648	17.329
Passivo circulante	11.882	9.568	35.807	38.705	18	18
Passivo não circulante	1.184	380	6.255	1.835	-	-
Patrimônio líquido	186.107	187.945	3.151	9.699	18.177	17.853
Receita operacional líquida	21.925	66.293	12.403	22.299	-	-
Resultado do exercício	(1.939)	11.547	(6.548)	(4.939)	209	555

	IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazonia Ltda.		Duraferro Ind. e Comércio Ltda.		Planihold S/A.	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Capital social	10.000	10.000	1.500	1.500	23.440	23.440
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	5.000	5.000	1.200	1.200	4.866	4.866
Ordinárias	-	-	-	-	4.866	4.866
Quotas	5.000	5.000	1.200	1.200	-	-
Patrimônio líquido	186.107	187.945	3.151	9.699	18.177	17.853
Participação no capital social, no final do exercício	50,00%	50,00%	80,00%	80,00%	20,76%	20,76%
Participação no patrimônio líquido	93.055	93.974	2.522	7.759	3.773	3.706
Resultado de equivalência patrimonial	(970)	5.773	(5.237)	(3.951)	67	89

14 Imobilizado

a. Composição dos saldos

					Controladora	
					31/12/2017	31/12/2016
	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
Edificações	2,70%	76.409	(20.627)	55.782	57.802	
Máquinas e equipamentos	8,40%	116.595	(92.609)	23.986	29.300	
Móveis e utensílios	10,00%	5.958	(5.533)	425	588	
Veículos	20,00%	4.280	(2.910)	1.370	1.602	
Equipamentos de informática	20,00%	4.580	(4.470)	110	135	
Terrenos	0,00%	38.912	-	38.912	38.925	
Instalações	10,00%	21.661	(21.653)	8	90	
Obras em andamento	0,00%	16.719	-	16.719	10.321	
		285.114	(147.802)	137.312	138.763	

					Consolidado	
					31/12/2017	31/12/2016
	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
Edificações	3,10%	108.205	(28.347)	79.858	83.105	
Máquinas e equipamentos	9,00%	154.446	(119.447)	34.999	42.051	
Móveis e utensílios	10,00%	7.637	(6.878)	759	993	
Veículos	13,80%	21.062	(17.111)	3.951	4.869	
Equipamentos de informática	20,00%	6.582	(6.464)	118	399	
Terrenos	0,00%	39.251	-	39.251	39.287	
Instalações	10,00%	26.174	(22.997)	3.177	3.442	
Obras em andamento	0,00%	17.322	-	17.322	10.910	
		380.679	(201.244)	179.435	185.056	

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, do montante líquido demonstrado, R\$ 7.848, substancialmente, máquinas e equipamentos estão arrolados em garantia de ações judiciais e procedimentos administrativos.

b. Movimentação do custo

	Controladora			
	31/12/2016	31/12/2017		
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Edificações	77.292	-	(883)	76.409
Máquinas e equipamentos	116.337	856	(598)	116.595
Móveis e utensílios	5.959	-	(1)	5.958
Veículos	4.280	-	-	4.280
Equipamentos de informática	4.562	20	(2)	4.580
Terrenos	38.925	-	(13)	38.912
Instalações	21.690	-	(29)	21.661
Obras em andamento	10.321	6.398	-	16.719
	279.366	7.274	(1.526)	285.114

	Controladora				
	31/12/2015	31/12/2016			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.propr.invest	Custo
Edificações	131.442	-	-	(54.153)	77.292
Máquinas e equipamentos	146.089	696	(2.333)	(28.852)	116.337
Móveis e utensílios	6.016	12	(69)	-	5.959
Veículos	3.859	642	(221)	-	4.280
Equipamentos de informática	4.559	3	-	-	4.562
Terrenos	55.658	-	-	(16.733)	38.925
Instalações	26.337	-	-	(4.647)	21.690
Obras em andamento	6.920	4.141	-	(740)	10.321
	380.880	5.494	(2.623)	(104.385)	279.366

	Consolidado			
	31/12/2016	31/12/2017		
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Edificações	109.522	-	(1.317)	108.205
Máquinas e equipamentos	157.976	856	(4.386)	154.446
Móveis e utensílios	7.678	-	(41)	7.637
Veículos	24.728	180	(3.846)	21.062
Equipamentos de informática	6.591	-	(9)	6.582
Terrenos	39.264	-	(13)	39.251
Instalações	26.204	-	(30)	26.174
Obras em andamento	10.910	6.412	-	17.322
	382.873	7.448	(9.642)	380.679

	Consolidado				
	31/12/2015	31/12/2016			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.propr.invest	Custo
Edificações	165.461	-	-	(55.951)	109.522
Máquinas e equipamentos	188.848	681	(3.438)	(28.852)	157.976
Móveis e utensílios	7.676	12	(244)	-	7.678
Veículos	30.906	642	(6.820)	-	24.728
Equipamentos de informática	6.637	6	(52)	-	6.591
Terrenos	56.894	-	-	(17.630)	39.264
Instalações	30.080	-	(1)	(4.928)	26.204
Obras em andamento	8.798	4.148	-	-	10.910
	495.300	5.489	(10.555)	(107.361)	382.873

c. Movimentação da depreciação

	Controladora		
	31/12/2016	Depreciação do	31/12/2017
	Depreciação	exercício	Depreciação
	acumulada		acumulada
Edificações	(19.490)	(1.653)	516
Máquinas e equipamentos	(87.037)	(6.160)	588
Móveis e utensílios	(5.371)	(163)	1
Veículos	(2.678)	(232)	-
Equipamentos de informática	(4.427)	(45)	2
Instalações	(21.600)	(79)	26
	(140.603)	(8.332)	1.133
			(147.802)

	Controladora			
	31/12/2015	Depreciação do	Transf.propr.	31/12/2016
	Depreciação	exercício	investimento	Depreciação
	acumulada			acumulada
Edificações	(27.597)	(2.031)	10.138	-
Máquinas e equipamentos	(99.823)	(7.772)	18.179	2.379
Móveis e utensílios	(5.238)	(176)	-	43
Veículos	(2.778)	(75)	-	175
Equipamentos de informática	(4.367)	(60)	-	-
Instalações	(25.383)	(274)	4.057	-
	(165.186)	(10.388)	32.374	2.597
				(140.603)

	Consolidado			
	31/12/2016	Depreciação do	Baixas	31/12/2017
	Depreciação	exercício		Depreciação
	acumulada			acumulada
Edificações	(26.417)	(2.497)	567	(28.347)
Máquinas e equipamentos	(115.925)	(7.254)	3.732	(119.447)
Móveis e utensílios	(6.651)	(261)	34	(6.878)
Veículos	(19.637)	(1.509)	4.035	(17.111)
Equipamentos de informática	(6.426)	(44)	6	(6.464)
Instalações	(22.761)	(263)	27	(22.997)
	(197.817)	(11.828)	8.401	(201.244)

	Consolidado			
	31/12/2015	Depreciação do	Transf.propr.	31/12/2016
	Depreciação	exercício		Depreciação
	acumulada			acumulada
Edificações	(33.637)	(2.893)	10.113	-
Máquinas e equipamentos	(127.218)	(10.176)	18.179	3.290
Móveis e utensílios	(6.587)	(272)	-	208
Veículos	(24.288)	(1.956)	-	6.607
Equipamentos de informática	(6.389)	(89)	-	52
Instalações	(26.679)	(412)	4.329	1
	(224.798)	(15.798)	32.621	10.158
				(197.817)

Em 2016 o montante demonstrado R\$ 104.385 controladora e R\$ 107.361 consolidado, foi transferido para propriedade para investimento com a finalidade de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, do montante líquido demonstrado, R\$ 7.848, substancialmente, máquinas e equipamentos estão arrolados em garantia de ações judiciais e procedimentos administrativos.

Conforme informado na Nota Explicativa nº 16, os valores contábeis dos ativos dados em garantia as instituições financeiras somam o montante de R\$ 299.181 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 255.530 em 31/12/2016), dos quais R\$ 118.974 refem-se a ativos imobilizados e R\$ 180.207 ativos classificados como propriedades para investimentos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas efetuaram o teste de *impairment* dos seus ativos e não identificaram indicadores que poderiam requerer a constituição de provisão para perda de valor recuperável. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado. Não foram verificados ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2017.

15 Intangível

Em 31 dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas possuíam registrados os seguintes ativos intangíveis:

		Custo				Amortização			
		Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Amortização	Baixas	31/12/2017
Controladora									
<i>Vida útil definida</i>									
Software	5 anos	38.572	2.688	-	41.260	(17.997)	(112)	-	(18.109)
Ágio aquis. investim Duraferro	indefinida	3.337	-	-	3.337	-	-	-	-
		41.909	2.688	-	44.597	(17.997)	(112)	-	(18.109)
Líquido						23.912			26.488
Consolidado									
		Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Amortização	Baixas	31/12/2017
<i>Vida útil definida</i>									
Software	5 anos	40.328	2.688	-	43.016	(19.715)	(131)	-	(19.846)
Ágio aquis. investim Duraferro	indefinida	5.005	-	-	5.005	-	-	-	-
		45.333	2.688	-	48.021	(19.715)	(131)	-	(19.846)
Líquido						25.618			28.175

O ágio na aquisição de investimentos corresponde à aquisição em 23 de abril de 2009, de 60% de participação (controle) na empresa Duraferro Indústria e Comércio Ltda. pelo valor total de R\$15.000, sendo 40% adquirida pela Bardella S.A. Indústria Mecânicas pelo valor de R\$10.000 e 20% adquirido pela controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. pelo valor de R\$5.000.

A partir de 01 de janeiro de 2009 os saldos residuais de ágios não sofrem amortizações e são objetos de teste anual de recuperação do valor contábil, conforme o CPC 1 (R1).

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio mecânica, por corresponder ao nível mais baixo da UGC (Unidade Geradora de Caixa). O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, foi efetuado teste de recuperação, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2017 e o planejamento de longo prazo até 2026, elaborado para a controlada Duraferro, a qual está contida no segmento de negócio mecânica.

Os custos direcionados a implantação de software estão sendo capitalizados e serão amortizados quando início de sua operação.

16 Empréstimos e financiamentos

Imobilizado:	Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2017	Vencimentos dos Contratos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
BNDES - Inovação	TJLP	4,18%aa + TJLP	15/04/2025	10.708	9.781	10.708	9.781
BNDES - Cap. Produtiva	TJLP	5,38%aa + TJLP	15/04/2024	3.419	3.096	3.419	3.096
Brasil - Finaime (**)	FIXO	6% aa	15/07/2024	440	507	440	507
Brasil (**)	CDI	3,80%aa + CDI	10/03/2020	-	16.808	-	16.808
Sub-Total				14.567	30.192	14.567	30.192
Capital de Giro:							
Financiamento a Exportação (**)	FIXO	14,93% aa	15/10/2016 a 31/12/2018	-	32.750	-	32.750
BNDES-Capital de Giro	SELIC	5,66%aa + SELIC	15/04/2021	24.638	21.432	24.638	21.432
Capital de Giro	FIXO	1,85% am	09/07/2017	-	2.908	-	2.908
Capital de Giro	SELIC	3,00%aa + CDI	28/05/2019	2.124	-	2.124	-
Capital de Giro (**)	CDI	7,17%aa + CDI	01/08/2021	-	48.252	-	48.252
Capital de Giro (**)	CDI	3,80%aa + CDI	01/08/2021	-	-	-	-
Capital de Giro (*)	CDI	0,48%am + CDI	30/11/2017	25.067	27.975	25.067	27.975
Capital de Giro	FIXO	1,67% am	03/07/2017	-	2.003	-	2.003
Capital de Giro	CDI	3,40%aa + CDI	27/05/2019	2.199	-	2.199	-
Capital de Giro	CDI	2,00%aa até 12/20 do CDI de 01/21 a 06/25 3,00 + CDI	15/06/2025	129.773	-	129.773	-
Capital de Giro (**)	FIXO	1,93% am	03/12/2017	-	862	-	862
Finaime Fabricante (**)	FIXA	9,5% aa	15/07/2017	-	19.377	-	19.377
Total Capital de Giro:				183.801	155.559	183.801	155.559
Despesas Antecipadas				(987)	(1.737)	(987)	(1.737)
Total Geral:				197.381	184.014	197.381	184.014
Parcela Circulante				34.642	84.515	34.642	84.515
Parcela não circulante				162.739	99.499	162.739	99.499
Juros incorridos no período				30.792	24.096	30.792	24.096

Os financiamentos BNDES Inovação, BNDES Capacidade Produtiva e BNDES Capital de Giro têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Guarulhos – SP. O valor contábil é de R\$ 107.433.

(*) Capital de Giro – Dos contratos que compõem este valor, uma célula bancária de R\$ 4.000 está garantida por alienação fiduciária de dois imóveis cujo valor contábil do investimento é de R\$ 4.303, localizados em São Mateus – ES e registrados como propriedade para investimentos.

(**) São financiamentos contratados com o Banco do Brasil S.A. e têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Sorocaba e Araras – SP, propriedade para investimento e imobilizado, respectivamente .. O valor contábil dos ativos é de R\$ 175.904 e 11.541.

Os contratos foram renegociados permitindo um alongamento da dívida até o 2025 para sua liquidação total.

A Companhia e suas controladas mantêm em seus empréstimos, financiamentos e garantias, restrições e *covenants* qualitativos e quantitativos, usuais de mercado.

Cronograma de desembolsos - Não circulante

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2019	11.343	36.751	11.343	36.751
2020	33.219	24.696	33.219	24.696
2021	28.459	20.817	28.459	20.817
2022 a 2025	89.718	17.235	89.718	17.235
	162.739	99.499	162.739	99.499

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Fornecedores nacionais - Terceiros	49.759	70.583	62.929	86.498
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas	18.436	16.547	2.746	-
Fornecedores estrangeiros	1.140	1.181	1.140	1.181
	69.335	88.311	66.815	87.679
Não circulante				
Fornecedores nacionais - Terceiros	7.095	-	7.095	-
	76.430	88.311	73.910	87.679

As operações que a Companhia e suas controladas mantém com fornecedores nacionais e do exterior são principalmente referentes às compras de matérias primas e componentes para os equipamentos em fabricação.

18 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Débitos parcelados	8.243	4.557	11.088	5.983
Imposto de renda	7.273	1.925	8.691	3.491
IPI/ICMS/ISS	692	1.116	872	1.442
PIS/COFINS	157	147	1.477	6.805
Outras obrigações fiscais	1.268	405	1.938	646
	17.633	8.150	24.066	18.367
Não circulante				
Débitos previdenciários parcelados	15.852	12.668	20.168	16.326
Débitos FGTS parcelados	10.088	5.534	12.013	6.680
Demais débitos parcelados	3.299	2.192	5.362	3.392
	29.239	20.394	37.543	26.398
	46.872	28.544	61.609	44.765

19 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Salários e ordenados	19.619	9.364	26.927	13.085
Previdência social	5.239	18.717	9.015	25.457
Fgts	17.941	8.778	23.261	12.300
Débitos parcelados	4.274	2.001	5.419	2.550
Provisão para férias e 13o.salário	6.633	9.537	7.402	12.663
Encargos provisão de férias e 13o.salário	2.438	3.486	2.721	3.912
Outros encargos	1.822	660	2.030	584
	57.966	52.543	76.775	70.551
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Não Circulante				
Salários e ordenados	6.911		6.911	
	6.911	-	6.911	-

20 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento de clientes	50.827	76.082	59.464	83.939
Adiantamento de partes relacionadas	169	6.236	169	6.236
	50.996	82.318	59.633	90.175

A conta “Adiantamento de clientes” está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida por meio do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 (R1) - Contratos de construção.

21 Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em avaliação de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação dos processos no exercício

	31/12/2016			Controladora 31/12/2017
	Saldo Inicial	Adição de provisões	Reversão/Utilização de provisões	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	1.044	3.699	(419)	4.324
Tributárias:				
.Federal	116	-	-	116
.Municipal	153	-	-	153
Subtotal tributárias	269	-	-	269
	1.313	3.699	(419)	4.593

	31/12/2016			Consolidado 31/12/2017
	Saldo Inicial	Adição de provisões	Reversão/Utilização de provisões	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	1.529	4.783	(573)	5.739
Tributárias:				
.Federal	651	17	(552)	116
.Municipal	153	-	-	153
Subtotal tributárias	804	17	(552)	269
	2.333	4.800	(1.125)	6.008

Prováveis

Demandas trabalhistas e cíveis

Não foram identificados processos individualmente relevantes. Dos processos existentes são pleiteadas as seguintes verbas: horas extras, férias, adicional de periculosidade, insalubridade, dentre outras. Atualmente existem processos trabalhistas e cíveis em curso contra a Companhia e suas controladas, para os quais foram provisionados R\$ 4.324 na controladora (em 31 de dezembro de 2016 era R\$ 1.044) e R\$ 5.739 no consolidado (em 31 de dezembro de 2016 o valor era de R\$ 1.529), relativos aos processos classificados por nossa assessoria jurídica como perda provável.

Demandas tributárias

A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais relativos a demandas tributárias em andamento nos quais são partes, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos, foi provisionado na controladora R\$ 269 (em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 269) e no consolidado R\$ 269 (em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 804).

Possíveis

Para os processos trabalhistas no montante Consolidado de R\$ 21.765 (em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 23.872), cíveis no montante Consolidado de R\$ 14.004 (em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 3.326) e tributários no montante Consolidado de R\$ 17.210 (em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 20.579) avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante total de R\$ 52.980 (em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 47.777), nenhuma provisão foi constituída.

Das contingências classificadas como possíveis, os processos considerados relevantes referem-se as demandas tributárias e cíveis onde se discute:

Incidência de INSS sobre a participação da diretoria nos lucros da Companhia enquanto diretores com contrato de trabalho suspenso: R\$ 3.031 (R\$ 2.988 em 2016);

Incidência de contribuição social sobre o lucro líquido correspondente a exportações efetuadas no ano de 1989: R\$ 3.777 (R\$ 3.777 em 2016);

Exigência de ICMS sobre equipamentos exportados com o benefício de Drawback em 1995, 1996 e 1997: R\$ 5.404 (R\$ 5.404 em 2016).

Diferenças contratuais em serviços prestados na década de 90: R\$ 9.684.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais relacionados a processos tributários suspensos, no aguardo de liberação por parte de juízo para ressarcimento dos depósitos.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o capital social, subscrito e integralizado de R\$ 116.800, está representado por 607.192 ações ordinárias e 992.808 ações preferenciais, perfazendo um total de 1.600.000 ações sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam das seguintes vantagens:

- prioridade na distribuição de dividendos mínimos de 8% (oito por cento) ao ano, calculados sobre o respectivo capital e não cumulativos;
- participação proporcional nos aumentos de capital na forma da legislação vigente.

b. Reservas de capital

Reservas de incentivos fiscais

É destinada à parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

São classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

d. Prejuízo por ação

Básico - O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia. Não houve novas emissões de ações nem compra de ações próprias durante o período findo em 31 de dezembro de 2017.

31/12/2017	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuível	(37.098)	(60.657)	(97.755)
Média de ações	607.192	992.808	1.600.000
Prejuízo por ação	(0,06)	(0,06)	(0,06)

Diluído - O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações potenciais ou quaisquer outros instrumentos financeiros conversíveis que provocariam diluição, dessa forma, o prejuízo por ação diluído não possui diferença em relação ao prejuízo básico por ação.

23 Receita operacional líquida

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta vendas de produtos(ações)	16.580	47.938	16.580	47.938
Receita bruta de construção de equipamentos(mecânica)	126.620	215.866	119.913	222.168
Receita bruta serviços prestados	-	-	16.580	27.588
Tributos s/ vendas	(12.447)	(22.657)	(16.435)	(32.958)
Receita Líquida	130.753	241.147	136.638	264.736

24 Despesa por natureza

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Materiais e componentes	(53.173)	(66.672)	(41.576)	(31.859)
Outros insumos	(5.603)	(60.976)	(2.539)	(74.909)
Energia	(2.571)	(4.509)	(2.571)	(4.509)
Serviços de terceiros	(6.762)	(22.740)	(10.452)	(31.745)
Gastos com pessoal (indenizações)	(17.991)	(14.762)	(20.170)	(17.762)
Demais gastos com pessoal	(79.464)	(110.166)	(105.074)	-158234
Depreciação/amortização	(8.444)	(10.585)	(11.983)	(16.040)
	(174.008)	(290.410)	(194.365)	(335.058)

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos produtos e/ou serv.prestados	(135.884)	(229.738)	(147.823)	(260.453)
Despesas com vendas	(15.407)	(33.147)	(16.865)	(34.428)
Despesas gerais e administrativas	(17.809)	(22.425)	(24.749)	(35.044)
Honorários e participação da administração	(4.908)	(5.100)	(4.928)	(5.133)
	(174.008)	(290.410)	(194.365)	(335.058)

25 Outras despesas e receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras despesas operacionais				
Provisões operacionais	(5.313)	(688)	(6.397)	(1.509)
Prejuízo na venda de bens do imobilizado e investimentos	(409)	(26)	(1.245)	(396)
Custo ociosidade de fabricação	(4.210)	(10.927)	(4.896)	(12.915)
Liquidação de processos judiciais	(1.416)	-	(1.416)	(1.718)
Despesas tributárias	(6.627)	(5.453)	(8.763)	(7.864)
Perdas variação ajuste valor justo	-	-	(6.290)	-
Outras despesas operacionais	(199)	(1.048)	(1.658)	(1.918)
	(18.174)	(18.142)	(30.665)	(26.320)
Outras receitas operacionais				
Reversões/utilização de provisões operacionais	1.202	-	1.905	2.225
Lucro na venda de bens do imobilizado e investimentos	465	107	3.377	1.976
Subvenções Governamentais*	-	-	-	1.555
Receita venda ações Vale S/A	-	-	12.090	-
Indenizações perdas e danos	2.245	-	2.245	-
Ganho variação ajuste valor justo	2.543	-	3.233	-
Receita bx bens ajuste valor justo	5.845	-	5.845	17
Aluguéis/locações	133	127	863	264
Outras receitas operacionais	326	251	95	235
	12.759	485	29.653	6.272
	(5.415)	(17.657)	(1.012)	(20.048)

Os custos com ociosidade referem-se à situação anormal e temporária de ocupação dos meios produtivos.

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras				
Juros	(52.566)	(45.775)	(54.502)	(47.651)
Variações cambiais passivas	-	(771)	(42)	(771)
Fianças bancárias	(45)	(538)	(45)	(542)
IOF	(1.192)	(2.375)	(1.787)	(2.599)
Descontos concedidos	(721)	(746)	(722)	(879)
Despesas bancárias	(902)	(1.211)	(966)	(1.240)
	(55.426)	(51.416)	(58.064)	(53.682)
Receitas financeiras				
Juros	3.323	3.621	1.181	1.971
Variações cambiais ativas	981	-	981	63
Juros sobre capital próprio	2	-	204	70
Ganho aplicações financeiras	2	529	2	536
Outros	79	848	87	1.244
	4.387	4.998	2.455	3.884
Líquido	(51.039)	(46.418)	(55.609)	(49.798)

27 Informação por segmento

Para fins de administração, a Companhia e suas controladas são divididas em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais:

O segmento de mecânica corresponde à fabricação de equipamentos sob encomenda e;

O segmento de aços e serviços é representado pela laminação de metais e serviços diversos.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base na receita bruta e no prejuízo ou lucro líquido.

31/12/2017	Mecânica	Aços e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	123.715	24.091	(11.168)	136.638
Prejuízo do período	(92.026)	(17.920)	12.191	(97.755)
Ativos operacionais	860.058	167.481	(172.902)	854.637
Passivos operacionais	681.239	132.659	(171.227)	642.671

31/12/2016	Mecânica	Aços e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	227.090	68.510	(30.864)	264.736
Lucro do período	(90.749)	(27.378)	17.001	(101.126)
Ativos operacionais	817.698	247.215	(162.075)	902.838
Passivos operacionais	565.897	157.673	(141.743)	581.827

28 Instrumentos financeiros

a. Visão geral

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas contábeis dos valores de realização mais adequados, consequentemente tais estimativas estão sujeitas às premissas das “*estimativas contábeis*”, conforme consta na nota explicativa 2c.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

b. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam dos valores de realização e mercado, respectivamente. O investimento na Vale S.A., foi classificado na categoria “Investimentos disponíveis para a venda”. Esse investimento encontra-se avaliado pelo seu valor justo, com base nas cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços e suas variações são registradas em “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. São avaliados por essa hierarquia as ações da Vale S.A.;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os saldos de empréstimos e financiamento e aplicações financeiras.

Instrumentos financeiros - Controladora - 31/12/2017

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos Financeiros	Total
Ativos financeiros					
Mensurados a valor justo					
Títulos e valores mobiliários	10	-	3.601	-	3.601
Não mensurados a valor justo					
Contas a receber de clientes	6	-	124.146	-	124.146
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	30.841	-	30.841
Recuperações judiciais		-	2.313	-	2.313
Dividendos a receber		-	-	-	-
Caixa e bancos	5	-	183	-	183
Aplicações financeiras	5	-	44	-	44
		-	161.128	-	161.128
Passivos financeiros					
Não mensurados a valor justo					
Dividendos a pagar		-	-	65	65
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	197.381	197.381
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	-	64.342	64.342
Fornecedores	17	-	-	93.023	93.023
		-	-	354.811	354.811

Instrumentos financeiros - Controladora - 31/12/2016

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos Financeiros	Total
Ativos financeiros					
Mensurados a valor justo					
Títulos e valores mobiliários	10	-	3.048	-	3.048
Não mensurados a valor justo					
Contas a receber de clientes	6	-	162.998	-	162.998
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	19.250	-	19.250
Recuperações judiciais		-	2.322	-	2.322
Dividendos a receber		-	1.041	-	1.041
Caixa e bancos	5	-	3.993	-	3.993
Aplicações financeiras	5	67	-	-	67
		67	192.652	-	192.719
Passivos financeiros					
Não mensurados a valor justo					
Dividendos a pagar		-	-	65	65
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	184.014	184.014
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	-	43.227	43.227
Fornecedores	17	-	-	88.311	88.311
		-	-	315.617	315.617

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

Instrumentos financeiros - Consolidado - 31/12/2017

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Ativos financeiros						
Mensurados a valor justo						
Títulos e valores mobiliários	10	-	3.601	-	-	3.601
Não mensurados a valor justo						
Contas a receber de clientes	6	-	132.446	-	-	132.446
Recuperações judiciais		-	2.313	-	-	2.313
Dividendos a receber		-	741	-	-	741
Caixa e bancos	5	-	4.641	-	-	4.641
Aplicações financeiras	5	122	-	-	-	122
		122	143.742	-	-	143.864
Passivos financeiros						
Não mensurados a valor justo						
Dividendos a pagar		-	-	-	806	806
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	197.381	197.381
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	-	-	40.783	40.783
Fornecedores	17	-	-	-	90.503	90.503
		-	-	-	329.473	329.473

Instrumentos financeiros - Consolidado - 31/12/2016

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Ativos financeiros						
Mensurados a valor justo						
Títulos e valores mobiliários	10	-	3.048	10.017	-	13.065
Não mensurados a valor justo						
Contas a receber de clientes	6	-	167.835	-	-	167.835
Recuperações judiciais		-	2.322	-	-	2.322
Dividendos a receber		-	1.141	-	-	1.141
Caixa e bancos	5	-	4.026	-	-	4.026
Aplicações financeiras	5	244	-	-	-	244
		244	178.372	10.017	-	188.633
Passivos financeiros						
Não mensurados a valor justo						
Dividendos a pagar		-	-	-	806	806
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	184.014	184.014
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	-	-	29.460	29.460
Fornecedores	17	-	-	-	87.679	87.679
		-	-	-	301.959	301.959

A Companhia e suas controladas não divulgaram os valores justos, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos ao valor justo, exceto para títulos patrimoniais, conforme divulgado na nota explicativa 10.

c. Riscos

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente a partir do segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de produtos seriados e serviços (Nota explicativa 6). Para garantir o recebimento dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Em 31 de dezembro de 2017, o risco de crédito totaliza R\$ 113.278 na controladora e R\$ 91.008 no consolidado (R\$ 110.334 e R\$ 88.197 em 31/12/2016, respectivamente) correspondendo aos valores classificados com empréstimos e recebíveis líquidos dos adiantamentos de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu ‘Caixa e equivalentes de caixa’ e outros investimentos altamente negociáveis em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (outros que não ‘Fornecedores’) para os próximos 60 dias. A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de entradas de fluxos de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à ‘Fornecedores e outras contas a pagar’.

Passivos Financeiros não derivativos

	Valor	Controladora				
		0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos bancários garantidos	195.177	-	34.232	46.870	114.075	-
Empréstimos bancários não garantidos	2.294	67	1.553	674	-	-
Fornecedores	77.164	11.488	57.441	7.095	1.140	-
Partes relacionadas	15.859	-	-	-	-	15.859
Dividendos	65	-	65	-	-	-
Total da dívida	290.559	11.555	93.291	54.639	115.215	15.859

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

		Consolidado				
	Valor contábil	0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos bancários garantidos	195.177	-	34.232	46.870	114.075	-
Empréstimos bancários não garantidos	2.294	67	1.553	674	-	-
Fornecedores	90.503	12.630	63.152	7.095	1.140	6.486
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Dividendos	806	-	806	-	-	-
Total da dívida	288.780	12.697	99.743	54.639	115.215	6.486

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

		Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2017	▼	+ 100	(1.969)	(1.969)
	▼	+ 150	(2.954)	(2.954)
	▼	- 50	984	984
	▼	- 100	1.969	1.969
31/12/2016	▼	+ 100	(1.282)	(1.282)
	▼	+ 150	(1.923)	(1.923)
	▼	-25	1.282	1.282
	▼	- 50	2.564	2.564

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue:

	Controladora		
	31/12/2017	31/12/2016	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	467	428	EUR
Importações de materiais	673	753	USD

	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	467	428	EUR
Importações de materiais	673	753	USD

d. *Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras*

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2017	+25%	(284)	(284)
	+50%	(569)	(569)
	-25%	284	284
	-50%	569	569
31/12/2016	+25%	(295)	(295)
	+50%	(590)	(590)
	-25%	295	295
	-50%	590	590

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento buscando mantê-los de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicáveis, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2017.

Os índices de alavancagem financeira (Exigível total – ET / Patrimônio líquido – PL) em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	197.381	184.014	197.381	184.014
Fornecedores	93.023	88.311	90.503	87.679
Provisão IR e CSLL	-	-	3.921	326
Dividendos propostos/juros sobre capital próprio	65	65	806	806
Adiantamento de clientes	50.996	82.318	59.633	90.175
Provisão de férias e encargos	9.071	13.024	11.859	14.608
Provisão para contingências	4.593	1.313	6.008	2.333
Provisão IR e CSLL diferidos	75.486	57.602	79.965	64.916
Outros	216.644	142.939	192.595	136.970
Dívida líquida	647.259	569.586	642.671	581.827
Patrimônio líquido	211.966	321.011	211.966	321.011
Patrimônio líquido e dívida líquida	859.225	890.597	854.637	902.838
Coeficiente de alavancagem	3,05	1,77	3,03	1,81

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

O valor total dos riscos diversos conforme apólice vigente em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 127.600.

Não está incluído no escopo de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

30 Fianças

Nossos contratos de longo prazo e processos judiciais possuem fianças contratadas no montante de R\$ 11.791.

Conselho de administração

Claudio Bardella
Presidente

José Roberto Mendes da Silva
Vice-Presidente

José Rubens de Macedo Soares Sobrinho
Conselheiro

Mauro Fernando Maria Arruda
Conselheiro

Diretoria

José Roberto Mendes da Silva
Diretor Presidente

Eduardo Fantin
Diretor

Roberto Veiga
Diretor

Conselho fiscal

Antonio Luiz Sampaio Carvalho
Conselheiro

Rubens Geraldo Gunther
Conselheiro

Henrique Alves de Araújo
Conselheiro

Patricia Valente Stierli
Conselheira

Célio Siqueira Gios
Conselheiro

Contador

Luiz Honório Martins
CRC - 1SP128092/O-2